

# FACES DE UMA RELAÇÃO DE REFLEXIVIDADE: DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO ISRAELENSE À GUERRA DOS SEIS DIAS

Juliana Foguel Castelo Branco\*

## RESUMO

---

O presente trabalho dista sobre a construção do nacionalismo, a consolidação do Estado Judaico na região da Palestina e dos conflitos ocorridos até 1967. Na primeira parte do artigo, pretendemos traçar uma discussão sobre a formação do Estado judaico. Num segundo momento, discutimos sobre a Guerra do Suez e Seis Dias. Desta forma, a problemática reside na necessidade de uma maior compreensão dos atuais conflitos no Oriente Médio e seus desdobramentos no cenário internacional tendo em vista o uso destas ferramentas políticas de forma a restringir a concretização de acordos cooperativos entre os povos.

**Palavras Chaves:** Oriente Médio; Conflito árabe-Israelense; cooperação Internacional.

## ABSTRACT

---

The construction of nationalism, the consolidation of the Jewish state in the region of Palestine and the conflicts that occurred until 1967 in the Middle East are the issue of this work. In the first part of the article, we trace a discussion about the formation of the Jewish state. In the next part, we discuss the Suez War and Six Day war. The problem lies in the necessity of a better understanding of the current Middle East conflict and its repercussion on the international set in order to use distinct policy tools as a way to restrict the implementation of cooperative agreements among these nations.

**Keywords:** Middle East, Arab-Israeli Conflict, International Cooperation.

---

\* Mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Laboratório de Simulações e Cenários.

## INTRODUÇÃO

O Oriente Médio tal qual conhecemos hoje era, até o primeiro quartel do século XX, um Império conhecido como Império Otomano. A população da região era constituída pela presença de uma maioria árabe que se manteve mesmo após o declínio do Império e a constituição dos protetorados Ingleses e Franceses. Os habitantes da região foram entendidos, pelos europeus, como um povo retrogrado<sup>1</sup> e que deveriam ser civilizados pelos altos valores culturais da Europa. O próprio nome Orientalismo é, para Said, uma invenção cultural e política dos Europeus.

No início do século XIX, as teses de atraso, degeneração e desigualdade orientais em relação ao Ocidente associavam-se muito facilmente as ideias sobre as bases biológicas da desigualdade racial.[...] toda a questão do imperialismo, assim como era debatida no final do século XIX tanto por pró-imperialistas como por anti imperialistas, levava adiante a tipologia binárias das raças, culturas e sociedades adiantadas e atrasadas (ou subjugadas). Chapters on the principle os international law (1894), de John Westlake, argumenta, por exemplo, que as regiões do mundo designadas como “incivilizadas” (uma palavra que carrega o peso de pressuposições orientalistas, entre outras coisas) deviam ser anexadas ou ocupadas pelas potencias adiantadas.[...] O Oriental era, portanto, associados a elementos na sociedade Ocidental (os delinquentes, os insanos, as mulheres os pobres)[...] os orientais raras vezes eram vistos ou olhados; eram devassados , analisados não como cidadãos, nem como povo, mas como um problemas a serem resolvidos ou confinados ou- como as potências coloniais cobiçavam abertamente o seu território- conquistados.<sup>2</sup>

A região compreendida pelo Império Otomano foi uma área que despertou grande interesse e constantes disputas entre a Inglaterra e a França, conforme evidenciado. As nações e Estados da região nasceram de forma tardia e foram resposta aos processos de dominação pelas potencias europeias e também, como no caso palestino, do estabelecimento do Estado Judaico. É importante ressaltar que devido as diferentes dominações é que percebemos a consolidação das diferentes nações que ora nos são apresentadas.

---

<sup>1</sup> Said, Edward. O Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente. São Paulo. Cia das Letras 2007.

<sup>2</sup> Op. Cit. Pg. 280/281.

O Estado como concebemos hoje é uma invenção moderna. O termo Estado não é novo, já que, o conceito de Cidades-Estados foi atribuído à forma administrativa e organizacional dos Gregos. Mesmo que a acepção que temos do termo seja totalmente distinta do conceito grego, ela foi à primeira demonstração clara de um sistema estatal. O estabelecimento do Império Romano, destrói as Cidades-Estados gregas e subordina povos e as comunidades que conquistavam. Os povos e comunidades conquistadas pelos romanos poderiam se sujeitar a dominação romana ou se revoltar.

Após a queda do Império Romano, a religião cristã fundou um tipo de Império religioso o fator religioso era fundamental para o estabelecimento de elos comuns entre as regiões administrativas feudais. O cristianismo ao mesmo tempo em que unificava os diferentes povos, ele também os diferenciava dos demais como, por exemplo, dos judeus e dos islâmicos. Com a crise do feudalismo, o restabelecimento das cidades o florescimento científico, a reestruturação do comércio entre outros geraram um ambiente aonde foi possível que um novo sistema político fosse erguido: os estados Nacionais Modernos e junto com ele as nações e os nacionalismos. Como defendido por Eric Hobsbawn, os Estados Nacionais, os nacionalismo e os símbolos nacionais são tradições inventadas e não coisas naturais como, às vezes, entendidos.

As nações, com toda a sua parafernália geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizada na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses.<sup>3</sup>

Estados e nações são conceitos distintos apesar de estarem em convergência e serem dependentes. A relação entre eles ainda foi mais solidificada com a ideia da autodeterminação dos povos. Foram diversas as mudanças que o Estado Moderno apresentou aos homens uma das mais relevantes é a percepção individual e coletiva do(s) homem(s) dentro deste Estado. Seja agora como um cidadão com direitos políticos ou por pertencerem a um grupo nacional que será representado por este mesmo Estado. A ideia de nação não só serviu e vem servindo como uma ferramenta de legitimação do Estado como também para a legitimação do povo.

Justamente neste processo é que os judeus se percebem como iguais e

---

<sup>3</sup> Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

revivem o projeto de retorno à Terra de Sião<sup>4</sup>. O projeto sionista começa a ganhar força e adeptos, a partir de 1895. Os judeus que outrora estavam sujeitos aos “outros” desejam, agora, construir sua nação e se viam como sendo possuidores deste sentimento nacional. David Biale percebe como os judeus saíram de um extremo de total sujeição ao outro onde ansiavam por uma nação e por soberania para outro extremo aonde tinham um poder forte consolidado e legitimado dentro do Estado de Israel.

Foi no primeiro Congresso Sionista realizado, em 1897, como defendido por Herzl, que a nação judaica foi fundada.

Na Basiléia, eu fundei o estado judeu. Hoje, se dissesse isso em voz alta, teria como resposta uma gargalhada universal. Talvez em cinco anos, e certamente, em cinquenta, todos saberão disso.<sup>5</sup>

A região da Palestina foi escolhida para ser o futuro lar dos Judeus. Contudo, esta região, apesar de possuir uma minoria judaica, era habitada ainda, mulçumanos, sobretudo, por árabes. Os sionistas perceberam a existência dos árabes no local, mas sua maior preocupação era a assimilação dos judeus na terra e a solidificação desta comunidade nascente. A legitimidade estatal e a sua soberania dependem de um reconhecimento externo e interno. Os movimentos nacionais são os meios de legitimação interna estatal e, por conta disso, a formação do nacionalismo era fundamental para a legitimação do próprio Estado. Foram enviados dois rabinos para averiguar as condições da região e a resposta obtida foi “a noiva é bela, mas está casada com outro homem.” Apesar de terem ciência da existência de outros povos na região, acreditavam e tinham fortes esperanças que esta questão seria solucionada com o tempo. As atitudes tomadas pelos primeiros sionistas deram origem ao que hoje chamamos de Questão Árabe. É importante ressaltar que para os judeus a ida para a região significava um re-torno, uma volta, uma re-constituição na terra de seus antepassados e das doze tribos de Judá. Já para os árabes, esse

---

<sup>4</sup> Os judeus deixaram a região após a expulsão propulsionada pelo Império Romano. Foram muitas as tentativas de expulsão do povo judeu da região. Não somente de expulsão, como também tentativas de acabar com estabilidade cultural destes. A conquista da região, contudo, não foi fácil. Os judeus responderam as tentativas de dominação e de desarticulação cultural com revoltas como a dos Macabeus e com movimentos de resistência como o ocorrido em Massada e narrado pelo historiador Flávio Josefo. De todos esses processos, a destruição do grande templo, atual Kotel ou Muro das Lamentações, e os escombros de Massada constituem, no imaginário judaico, um símbolo representativo de lutas e resistência e de identidades com a região estabelecida em tempos remotos e presentes na vida das comunidades judaica de ontem e de hoje.

<sup>5</sup> Shlaim, Avi. A muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro. Fissus, 2004. Pg. 39.

movimento de chegada dos judeus era uma ida, uma invasão e, sobretudo uma apropriação sobre a sua terra.<sup>6</sup>

A região da Palestina se constituía, assim, como um elo de identificação e já enraizado no imaginário cultural-religioso dos judeus, um sonho messiânico, mas pouco conhecido. Como já dito, os primeiros judeus que foram averiguar a região se depararam com um povo ali já estabelecido. A região era parte integrante do Império Otomano que tinha como principio administrativo a autoridade jurídica mulçumana. O grande Império Otomano não constituiu diferentes nações, mas havia certa autonomia nas regiões habitadas. O poder central era regido por um Sultão e havia outros representantes locais. O Império era dividido em três regiões que eram controladas, a priori, por Damasco.

A maioria da população era islâmica, mas havia habitante de outras religiões que eram protegidos do Islã. Estes povos conhecidos como *dhimmi* foram, a partir do século XV, organizados em *milletts*, grupos religiosos. Este tipo de organização social perdurou até meados do século XIX. O sistema é severamente discutido e não existe um consenso sobre a questão da coexistência pacífica destes grupos com o governo otomano. Alguns autores afirmam que havia preconceitos, as roupas eram diferenciadas, os impostos muito altos, restrições ao culto entre outras proibições. Em contrapartida, outros afirmam que existia tolerância entre os diversos grupos, uma boa circulação de mercado e que até assumiam cargos altos na burocracia otomana.

O estabelecimento do povo judeu na região da Palestina consolida a questão árabe. Algumas discussões foram travadas sobre este assunto, contudo ela não era o cerne das preocupações dos primeiros líderes. Em 1907, por exemplo, Yitzhak Epstein redige um documento chamado "Hidden Question" que apesar de defender o direito dos judeus a região discute o erro cometido no momento da chegada e as formas de relação com os árabes palestinos. A preocupação dos sionistas em se territorializar os fez ignorar o fato de que existia um povo previamente estabelecido naquela região que nunca havia cogitado a hipótese de deixá-la. Diversas alternativas em relação às atitudes dos sionistas são propostas. Epstein afirma que: mesmo que os árabes fossem vistos pelos sionistas como não donatários de identidade nacional e nem se fundarem como uma entidade nacional, existia um laço estabelecido entre eles e a terra que habitavam e que a florou ainda mais após a chegada dos sionistas<sup>7</sup>. Said afirma que

---

<sup>6</sup> Troen, S. Ilan. De judaizing the Homeland: Academic Politics In Rewriting the History of Palestine. In: Israel Affairs. Vol 13. No 4, October 2007, pp. 872-884.

<sup>7</sup> Dowty, Alan. "A Question That Outweighs All Others": Yitzhak Epstein and Zionist Recognition of the Arab Issue. In: Israel Studies, Volume 6, Number 1, Spring 2001, pp. 34-54.

For in order to mitigate the presence of large numbers of natives on a desired land, the Zionists convinced themselves that these natives did not exist, then made it possible for them to exist only in the most rarefied forms . . . The question of Palestine is therefore the contest between an affirmation and a denial, and it is this prior contest, dating back over a hundred years, which animates and makes sense of the current impasse between the Arab states and Israel.<sup>8</sup>

Em contrapartida, para os judeus, os árabes do Império Otomano

they identified themselves simultaneously as subjects of the (multinational) community of Islam; as Arabs, in terms of geography, culture, and language; as inhabitant of this or that religion and village of a vaguely defined Palestine; and as members of this or that clan or family. There was no Arab national movement and no even a hint, in 1881, of a separate Palestinian arab nationalism<sup>9</sup>.

Apesar de não serem percebidos como nacionais, Asher Zvi Ginsber, em 1891, se referia palestinos como sendo donatários de um proto-nacionalismo. Um relatório proposto pelo primeiro congresso sionista estimava que a população árabe fosse de 400,000–500,000 habitante incluindo 70,000 judeus. Já em 1913, o 11º congresso sionista relatou que a população palestina era constituída de 700,000 aonde 100,000 eram judeus. Segundos estes dados, em 1887, considerando 500,000 o total populacional, a população judaica representava 14% e, em 1913, 14.28%<sup>10</sup>.

Os árabes da Palestina foram vistos de diferentes formas pelos primeiros líderes do Estado Judaico. Por exemplo, Jabotinsky, defensor do sionismo revisionista, propôs a constituição de uma muralha de ferro que era um meio de furar a resistência árabe.

“ Não pretendo afirmar que nenhum tipo de acordo seja possível com os árabes na terra de Israel. Porém, um acordo voluntário simplesmente não é possível. Enquanto os árabes preservarem um vislumbre de esperança de que terão êxito em se livrarem de nós, nada no mundo pode fazê-los abandonar a esperança, precisamente porque eles não são uma ralé e sim um povo vivo. E um povo vivo só estará pronto a se

---

<sup>8</sup> Said, Edward. *The Question of Palestine*. London. Routledge, 1980.

<sup>9</sup> Morris, Benny. 1948: *The first Arab-Israeli war*. Yale University.

<sup>10</sup> Karsh, Efraim. *Zionism and the Palestinian*. In: *Israel Affairs*. Vol.14. No.3. July 2008. Pp 355-373. Outros dados estatísticos podem ser obtidos no livro 1948 de Morris. op. cit.

render a um desfecho tão fatal quando tiver desistido de toda esperança de se ver livre dos colonizadores estrangeiros. (...) porém o único caminho para um acordo como este é através de uma muralha de ferro, isto é, do estabelecimento na palestina de uma força que não será, de forma alguma, influenciada pela pressão árabe. Em outras palavras, a única maneira de alcançar um acordo no futuro é evitar totalmente as tentativas de chegar a um acordo no presente.”<sup>11</sup>

Ben Gurion reconhece, em 1936, o caráter nacional da população árabe<sup>12</sup>. Da mesma forma que Jabotinsky, ele também pensava no Exército como a solução e não somente a diplomacia. No entanto, diferente de Jabotinsky, Ben Gurion percebia mais claramente que tanto o movimento árabe quanto o movimento sionista eram movimentos nacionais brigando pela mesma terra. Ben Gurion também pensou na realização de acordos, porém sabia que seria necessário tempo para tal e que a paz era uma questão vital.

Não é para estabelecer a paz no país que precisamos de um acordo. A paz é, de fato, uma questão vital para nós. É impossível construir um país em um estado permanente de guerra, mas, para nós, a paz é um meio. A meta é a plena realização do sionismo. Somente por isso precisamos realmente de um acordo. (...) Neste momento, um amplo acordo está indubitavelmente fora de questão. Porque só após o total desespero por parte dos árabes, desespero que virá não somente do fracasso dos tumultos e da tentativa de rebelião, mas também como uma consequência do nosso conhecimento do país, eles possivelmente concordarão com uma Eretz Israel judaica.<sup>13</sup>

Ambas as falas, refletem o pensamento de uma época de formação e consolidação de uma nação e de um Estado judaico. O não reconhecimento árabe era uma brecha para a legitimação do povo judeu na região. Esta forma de atuação e de diretriz política, consolida e forma tanto a nação judaica como a nação Palestina. Ambas são formadas e reformadas reflexivamente pelas atitudes alheias. As nações Palestinas e Judaicas devem, portanto, ser percebidas por seus paralelismos estruturais. Acreditamos que este ponto seja uma das chaves para a compreensão do Oriente Médio hoje.

---

<sup>11</sup> Jabotinsky, Ze'ev. Escritos: a caminho da condição de Estado (em hebraico). In: Shlaim, Avi. A muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro. Fissus, 2004.pg. 51-52.

<sup>12</sup> Em 1936, já é evidente que os palestinos haviam se formado como uma nação o reconhecimento dado por Ben Gurion era a constatação se uma realidade já reconhecida.

<sup>13</sup> Ben-Gurion, David. My talks with the Arab Leaders. Jerusalém, 1972.pg. 80.

As potências internacionais, diante dos conflitos pré Estado de Israel, ratificaram diversas declarações e resoluções para apaziguar os conflitos na região. A Declaração de Balfour, de 1917, desempenhou um papel contraditório para ambos os povos. O governo britânico se comprometeu com os judeus ao declarar que a coroa era favorável ao estabelecimento do Estado judaico na Palestina. Ao mesmo tempo, o governo britânico tinha um acordo com os líderes árabes que era totalmente contrário àquele assinado com os judeus. A partir da declaração de Balfour, houve uma grande intensificação dos conflitos na região. Diversas outras tentativas de acordos foram feitas até a declaração da independência de Israel em 1947. Citamos como exemplo, a Declaração Pell que dividiu o território da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu e a região de Jerusalém como área internacional. A resolução 181, de 1947 da ONU, que previa partilha a palestina em dois estados, um judaico e outro árabe. Esta resolução representa uma vitória da diplomacia sionista<sup>14</sup>.

Cabe ressaltar ainda a imagem e representação que a região propaga no imaginário dos árabes e judeus. A terra está repleta de elementos mitológicos e é dona de uma geografia do sagrado de suma importância. A representação mitológica e a crença que enrijece os valores culturais é um grande agravante, pois estes, por muitas vezes, não podem ser comprovados sendo reais e representativos somente para os que compartilham da mesma crença. O conflito, desta forma, transcende a simples posse da terra em termos políticos se firmando também como um conflito cultural e religioso. Como evidenciado por Karen Armstrong:

Os palestinos argumentam que não existe nenhuma evidência arqueológica do reino judeu fundado por Davi e que nunca se encontrou um vestígio do templo de Salomão. Com exceção da Bíblia, nenhum texto contemporâneo menciona o reino de Israel – o qual, portanto não passa de “mito”. Os israelenses consideram absurda e não demonstrável a história de que o profeta Maomé subiu ao céu a partir do Haram AL- Sharif de Jerusalém- um mito que está no próprio cerne da devoção dos muçulmanos a Al-Quds.(...) Assim os mitos da “geografia do sagrado” expressam verdades em relação a vida interior. Tocando nas fontes obscuras da dor e do desejo humano, podem desencadear emoções intensas. Não se devem descartar certas histórias de Jerusalém porque “não passam de mitos”: sua importância de devem justamente ao fato de serem mitos.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Shlaim, Avi. A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

<sup>15</sup> Armstrong, Karen. Jerusalém: uma cidade, três religiões. São Paulo. Cia das Letras, 2000. Pg.16.



Em 1947, a ONU aprova a Resolução 181 que regula sobre a formação do Estado de Israel e de um Estado Palestino. No ano seguinte, Israel se lança na guerra com os Palestinos que levaria a sua independência. Essa guerra tinha a Resolução 181 como premissa e acabou por mudar a configuração do Oriente Médio. Os judeus vitoriosos não definiram as suas fronteiras na declaração de independência, o que possibilitou uma série de conflitos armados para a anexação territorial posterior à independência Israelense. Além disso, o estabelecimento deste Estado judeu na Palestina transformou as diversas comunidades palestinas, outrora assentadas e emocionalmente conectadas com a região, em grupos de refugiados.

Como parte das decisões da UNSCOP (Comissão Especial da ONU para a Questão Palestina), após a declaração de independência, o novo Estado judaico passou por uma série de rodadas de negociações bilaterais com os países árabes fronteiriços. Contudo, não houve nenhuma negociação direta com os Palestinos. As rodadas de negociação discutiram a questão Palestina muito mais como um discurso político, do que como uma vontade em si. Os acordos firmados trouxeram uma paz ilusória.

Para Ben-Gurion, primeiro ministro de Israel, o futuro dos judeus estava nas mãos dos próprios judeus e não em acordos diplomáticos. Ele, ao contrário de Moshe Sharett, Ministro das Relações Exteriores, foi defensor da escola de retaliação. Ben-Gurion acreditava que a força bélica iria garantir o estabelecimento e a consolidação da própria soberania judaica. A política da escola de retaliação cria um dilema de segurança tanto para os árabes quanto para os palestinos. Neste sentido, a percepção de questões como defesa e segurança formam um empecilho para a realização de acordos cooperativos entre os povos.

A balança de poder sempre fora favorável ao Estado de Israel<sup>16</sup>. O Egito, a partir de 1952, passou por uma revolução de cunho político que terminou com Gamal Nasser assumindo o poder Egípcio em 1954. Ao mesmo tempo, em Israel, Ben-Gurion renuncia ao cargo de Primeiro Ministro que é assumido por Moshe Sharett. Apesar de Sharett defender uma escola de negociação, que dava ênfase à diplomacia, o seu Ministro da Defesa, Pinhas Lavon, era defensor da escola de retaliação. Muitos jogos políticos e armações militares ocorreram sem o aval de Sharett que prejudicaram os seus objetivos políticos e diplomáticos<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> A nova corrente da historiografia judaica defende esta hipótese. A historiografia tradicional percebe a balança de poder favorável aos Árabes.

<sup>17</sup> Shlaim, Avi. *A muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro. Fissus, 2004.

Nasser era defensor de uma política Pan-arabista o que preocupava os judeus. As relações entre Israel e Egito começam, a partir de 1953, a se agravar. Em 1955, Nasser anuncia a compra de armas Tchecas. Em 1956, a Inglaterra estava retirando suas forças do canal de Suez que foi nacionalizado posteriormente por Nasser. A balança de poder poderia ser alterada neste momento. A obtenção de armas estrangeiras, em conjunto com a possibilidade de formação de um império árabe, poderia gerar uma grande repressão ao Estado Israelense. O somatório destes eventos e o desejo do Estado israelense de continuar a ser um estado soberano teve como resultado a Guerra do Canal de Suez em 1956. Este conflito evidenciou, mais uma vez, a supremacia israelense e a dificuldade de promoção de acordos cooperativos entre os povos.

Apesar do projeto Pan Arabista de Nasser representar um dilema para o Estado de Israel, devemos pensar também na própria Liga Árabe. Os líderes dos países árabes que compunham a Liga tinham que dialogar com os seus interesses nacionais e o interesse da Liga que os apresentava como uma unidade. Por ter sido fundada em 1945 e ser um grande palco de poder, a Liga era um desafio para os líderes árabes que tinham que promover a manutenção de sua reputação enquanto Soberanos dentro dos seus Estados e dentro do projeto coletivo árabe. As normas e as condutas estabelecidas no âmbito da Liga eram formadoras, sobretudo, de uma identidade supranacional.

The norms that animated the debates in Arab politics largely concerned how they would enact their identities to accomplish their collective aspirations. In one sense these norms were intended to help them overcome collective action problems. But at a more fundamental level these norms were tied to their very identity as Arab states and allocated to them their very interests. Arabism, for instance, did not simply instruct them to avoid bilateral settlements with Israel, although it did; it also helped to construct Zionism as a threat and as a defining element of the Arab national interest. To contemplate relations with Israel, to violate the taboo of Arab politics, was to invite public ridicule and charges of having betrayed the Arab nation. Although various Arab governments privately believed that they gained little from the state of war with Israel and might profit materially from a reduction, if not resolution, of the conflict, they knew better than to air such ideas in public. In 1950 King Abdullah of Jordan calculated that Jordan's economic and political interests might be better served by ending the state of war with Israel, concluding some commercial agreements, and

arranging for an outlet to the sea; a Jordanian and Arab public that viewed such agreements as blasphemy overruled such material calculations. The norms of Arabism sanctioned some strategies and placed others outside the normative reach of Arab states, regardless of their capabilities or how they calculated their material incentives. Arab leaders occupied social roles that contained normative expectations as they performed on the regional stage. In fact, they occupied two roles: agent of a sovereign state and agent of the wider Arab political community. What are the normative expectations associated with sovereignty? Such norms have varied considerably over the years, but at a minimal level they accord a measure of possessiveness and exclusivity to the state. It has authority over its domestic space and the authority to act as legitimate member of international society, and such entitlements are embodied in the principle of noninterference. As John Ruggie has argued, the development of the institution of sovereignty differentiated “among units in terms of possession of self and exclusion of others,” and created an international order that enabled states to become the principal unit of international life. Being recognized as sovereign amounts to a social permission granted by the community of states to act with certain powers and implies a certain measure of self-restraint by other members of this community, that is, a live-and-let-live attitude.<sup>18</sup>

## A GUERRA DE SUEZ E DOS SEIS DIAS

A Guerra do Suez é conhecida também como a segunda guerra Árabe Israelense. Ela ocorreu em 1956 e teve como estopim a nacionalização do Canal de Suez que era controlado pela Inglaterra. O Canal é um ponto estratégico, pois ele dá acesso ao mar Vermelho através do Estreito de Tiran. A nacionalização do Canal fazia parte do projeto nacionalista do presidente Egípcio. O confronto não mudou permanentemente a configuração territorial do Oriente, mas foi fundamental para a alteração do equilíbrio de poder da região. Os judeus, vitoriosos, saíram da guerra com a confirmação de estarem se tornando uma potência bélica. Os países árabes, ao contrário do que se pensa, também conseguiram uma vitória, já que conseguiram a saída dos protetorados da região do Suez. Conforme defendido por Barnett, “the Suez War might be better understood as symbolizing the end of one era and

---

<sup>18</sup> Barnett, Michael N. *Dialogues in Arab Politics: Negotiations in Regional Order*. Columbia Press. 1998.

the beginning of another, reinforcing tendencies and social forces already present.” Com esta conquista, Nasser se legitima como líder incontestável e quer combater Israel e os países que o apoiam.

A Guerra do Suez foi uma vitória decisiva para as forças radicais, lideradas pelo Egito, contra as forças conservadoras e pró-ocidentais, notadamente o Iraque e a Jordânia. Gamal Abdel Nasser surgiu como líder incontestável do mundo árabe depois da guerra, que foi considerada uma conspiração imperial-sionista conta a nação árabe. A própria atitude de Nasser em relação a Israel endureceu em consequência da Guerra. Suez confirmou seus piores temores e suspeitas sobre Israel. Após Suez, ele identificava Israel e as potências europeias como um único inimigo e declarava repetidamente que os árabes precisavam combater tanto Israel quanto as potências que os apoiavam.[...] Subjugar Israel se tornou uma meta pan-arabista.<sup>19</sup>

Uma das lições apreendidas por Ben Gurion com a Guerra do Suez é que Israel não poderia expandir seu território às custas dos vizinhos. A conquista não confere mais o direito a manutenção do território conquistado. Desta forma, ele pensa e defende a Repressão. Sua ideia é equipar a FDI (Força de Defesa Israelense) com armas mais avançadas e manter, desta forma, a superioridade bélica relativa frente aos exército árabes. Percebemos com esta atitude do Primeiro Ministro a representação que o poder bélico tinha frente à manutenção do Estado na região. Durante o seu governo, Ben Gurion nunca havia dispendido sobre a importância da obtenção do apoio externo. Contudo, com o avanço do apoio soviético aos Estados Árabes, o governante israelense começa a buscar a consolidação de acordos com os Estados Unidos da América<sup>20</sup>. Num primeiro momento, as propostas do estadista israelense foram recusadas. Como dito por Shlaim, os EUA deveriam se preocupar com a questão do petróleo árabe e da importância do mesmo para os Nortes Americanos. A manutenção de certa distancia de Israel iria garantir o fácil acesso ao petróleo árabe. Esta determinação dos EUA se altera quando, em 1957, é lançada a Doutrina Eisenhower.

Após as investidas para a obtenção do apoio externo norte americano e, como parte das novas necessidades Israelense frente à consolidação da política pan-arabista de Nasser e do forte apelo que o líder assumiu, Israel consolida a “Aliança com a Periferia”. Esta era uma aliança secreta e sem

---

<sup>19</sup> Shlaim, Avi. A muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro. Fissus, 2004.

<sup>20</sup> Devemos ressaltar que Israel já contava com o apoio Francês.

recursos formais que é efetuada com o Iraque e a Turquia, países árabes e não islâmicos, e com a Etiópia, país cristão. Grande parte da demanda petrolífera que o Estado de Israel utilizou neste período era de procedência Iraquiana. Desta forma, a aliança tinha um significado mais amplo para Israel no que tange a simples ajuda mútua era também um acordo estratégico.

No período concomitante a consolidação da Aliança com a periferia e com a sublevação de Nasser, o Egito e a Síria se unem na tentativa de consolidação de uma nação Pan-Arabista. É consolidada a RAU (República Unida Árabe) que é dissolvida três anos depois. Apesar da vontade de Nasser em estabelecer a unidade política entre os povos de cultura árabe, o projeto foi repudiado tanto pela Jordânia quanto o Iraque que se uniram para combater a tendência Nasseriana. A fragmentação entre as unidades políticas árabes eram evidentes e estas regiões almejavam pela manutenção de sua soberania e, mesmo pertencentes ao universo cultural árabe, haviam se diferenciado dos demais pelas suas múltiplas lutas com os colonizadores. Apesar destas disputas a RAU se consolidou muito mais como uma necessidade do que como um interesse, conforme evidenciado por Barnett:

But unification, the summit for many Arab nationalists, became a reality when Egypt and Syria the creation of the United Arab Republic (UAR) on February 1, 1958. Although the architects of the federation presented it as a natural and logical development in the steady march of Arab nationalism, behind the scenes its creation was quite messy and something of a shotgun marriage. That Syria and Egypt found themselves the highly reluctant partners at the altar of unification was a testimony to Syrian domestic politics, Nasser's attempt to maintain his symbolic standing, and the politics of impression management.[...]For both the Syrians and the Egyptians, then, the road to unity was paved by symbolic interactions, attempts at impression management, and then symbolic entrapment. Such symbolic exchanges led them to accept a political agreement that both considered against their strategic interests but absolutely necessary for their symbolic standing and thus regime survival.

Em 1958, rompe uma crise no mundo árabe. A guerra do Suez, conforme já explicitado, havia aumentando o poder de Nasser e de grupos radicais. Neste ano, no Líbano, ocorre uma revolução e os oficiais livres tomam o Poder de Bagdá. O presidente cristão libanês, Camille Chamoun, pede a ajuda dos Estados Unidos da América que interviu tendo como justificativa doutrina Eisenhower. É importante ressaltar que o Líbano estava se aproximando do Pacto de Bagdá estabelecido em 1955 e este era tido, por Nasser, como uma afronta aos desejos pan-arabista.

Ben Gurion sai do poder e seu sucessor é Levi Eshkol em 1963. O novo governante tem opinião similar a Sharett no que se refere aos árabes. Ele dava valor ao diálogo e a diplomacia paciente que poderia culminar na existência pacífica entre os povos. Contudo, ainda fazia-se necessário a consolidação e obtenção do apoio externo para o desenvolvimento dos projetos Israelense e legitimação do mesmo. Kennedy é assassinado e é sucedido por Lyndon Johnson. O ultimo tinha uma política pró Israel que foi fundamental para a legitimação de Israel frente aos árabes.

Eshkol, após fundir o Mapai com o Ahdut e fundar o Alinhamento, conseguiu estabelecer um canal secreto com Hussein da Jordânia. Conforme já dito, os objetivos do novo líder Israelense eram a promoção de acordos diplomáticos e o estabelecimento do dialogo. Os empreendimentos bem sucedidos de Eshkol trouxeram certo rancor a Ben Gurion que funda um novo partido de oposição: O Rafi.

Na véspera da Guerra dos Seis Dias, o Egito estava passando por uma crise econômica. Devido as constantes derrotas, Nasser estimula que os países árabes não entrem em conflito com Israel. O líder observava a superioridade bélica Israelense e estimula a militarização dos países árabes. Apesar dos constantes avisos de Nasser, a Síria estava envolvida em um embate com Israel. Os acordos de 1949 haviam delimitado as Zonas de Desmilitarização entre os dois Estados. Contudo, estavam, nesta região, ocorrendo um conflito por conta da água. A Síria estava estimulando diversos ataques contra Israel dos quais Israel sempre saiu vitoriosa.

A Síria tinha um plano para obstruir um dos afluentes do Rio Jordão e desviá-lo para a irrigação de suas plantações. Contudo, o Jordão era de suma importância para Israel. Este Rio é formado pela confluência de outros três Rios: Bania (Síria), Hazbanil (Líbano) e Dan (Israel). O Dan dá origem a 50% da água do Jordão. A proposta Síria ameaçava não só Israel como os países árabes. Eshkol, por ter atuado na questão hídrica antes de assumir como primeiro ministro, foi extremamente sensível a postura adotada pela Síria. Ao contrário dele, os militares da FDI tinham uma visão militarista sobre a questão.

Em 1964, a Liga realiza uma conferencia no Cairo cujo escopo era o desvio das águas do Jordão. A questão da agua era muito grave para a cúpula e, sobre este quesito, foi decidido:

O estabelecimento de Israel é uma ameaça básica que a nação árabe em sua totalidade concordou em impedir. E, já que a existência de Israel é um perigo que ameaça a nação árabe, o desvio das águas do Jordão multiplica os perigos à existência Árabe. Consequentemente, os estados árabes precisam elaborar planos necessários

para lidar com os aspectos políticos, econômicos e sociais, porque, se os resultados necessários não forem alcançados, os preparativos militares coletivos árabes, quando estiverem completos, constituirão os meios práticos definitivos para a liquidação final de Israel.<sup>21</sup>

Para Rabin, as origens da guerra dos Seis Dias remontam a conferência da Liga no Cairo. O Fatah também fez pequenas rebeliões ao longo das fronteiras israelenses. O resultado destes ataques foi um ato contra a Jordânia e um combate aéreo entre a Síria e Israel. Inicia-se a contagem regressiva para a Guerra dos Seis Dias.

O Egito estava envolvido num conflito no Iêmen no qual sai derrotado e exaurido economicamente. Nasser começa a ser pressionado a agir contra Israel, apesar de não desejar uma guerra naquele momento, ele toma três medidas, a saber: tropas Egípcias são enviadas para o Sinai, entra com o pedido para a retirada da Força de defesa da ONU na síria e fecha o estreito de Tiran a navegação Israelense. Ao contrário das demais guerras, esta foi uma que nenhum lado desejava. Contudo, o somatório da crise política interna israelense e o aval dos Estados Unidos para tal, levam Israel ao confronto.

De todas as guerras árabe-israelenses, a de junho de 1967 foi à única que nenhum dos dois lados queria. A guerra resultou de uma crise gradual que nem Israel e nem seus inimigos foram capazes de controlar. Inadvertidamente Israel desencadeou essa avalanche divulgando uma série de ameaças de ação contra o regime sírio, a menos que ele parasse de apoiar as guerrilhas palestinas que estavam operando em Israel. Em 12 de maio de 1967, em uma entrevista a um jornal, Rabin ameaçou ocupar Damasco e destruir o Regime Sírio. Suas palavras causaram alvoroço. Elas contradiziam a linha oficial que Israel não interferiria na política interna dos estados árabes, apenas agia em defesa própria contra a agressão árabe.<sup>22</sup>

Esta guerra conseguiu conquistar grandes dimensões territoriais. Contudo, ela não foi planejada politicamente e sim um plano operacional feito pelo exercito no decorrer da guerra. Ela foi uma das vitórias mais espetaculares da história de Israel. Somente no primeiro dia, quatrocentos aviões inimigos foram destruídos. As conquistas territoriais foram imensas, mas

---

<sup>21</sup> Haytham Al-Kilani. *Estratégia militar nas guerras árabe-israelense, 1948-1988*. Beirut. 1998.

<sup>22</sup> Shlaim, Avi. *A muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro. Fissus, 2004.

A rapidez e a dimensão da vitória militar israelense levavam alguns observadores a suspeitar que Israel não desencadearam a guerra em legítima defesa mas sim para expandir seu território. Os observadores árabes, em particular, estavam inclinados a acreditar que Israel provocara deliberadamente a Guerra dos Seis Dias para satisfazer suas há muito acalentadas ambições territoriais. Essa visão não tem fundamento. A Guerra dos Seis Dias foi uma guerra defensiva, deslançada por Israel para garantir sua segurança e não para expandir seu território. O principal inimigo era o Egito. Os objetivos principais eram abrir o estreito de Tiran, destruir o Exército egípcio no Sinai e recuperar o poder repressivo da FDI. Objetivos políticos e territoriais não foram definidos pelo governo quando foi dada a ordem de ataque para FDI. Os objetivos da guerra só surgiram, de forma confusa e contraditória, durante o combate.<sup>23</sup>

Apesar dos acordos com a Jordânia, ela havia se juntado ao Egito e, esta união, foi fundamental para a conquista a região da Jerusalém Oriental. Hussein, ao final da guerra, percebeu o erro que cometeu ao somar forças com o Egito. Ao mesmo tempo, que a Guerra se consolida pela falta de planejamento político israelense, ela também se legitima como a vitória militar mais espetacular da história de Israel. O resultado foi algo eu ninguém havia planejado. O seu desenrolar deu-se de forma estritamente reflexiva.

O resultado do confronto deflagrou a questão territorial para os judeus. Devemos lembrar que partes das conquistas consolidavam o projeto da Grande Israel que havia sido, outrora, uma das vontades de algumas escolas sionistas. Eshkol por seguir os ideais de Sharett estava disposto a ceder os territórios conquistados em troca de uma paz permanente na região. Contudo, as ideias do estadista não foram aceitas por todos.

Diversos embates diplomáticos são perceptíveis neste momento. No mundo árabe, ocorreu a cúpula de Catrum que originou os três nãos. Do lado israelense, havia a questão da vontade de manutenção dos territórios conquistados e o não desejo a formação de um Estado Binacional. A questão demográfica das áreas conquistadas eram presentes nos discursos dos representantes Israelenses. A ONU tentando resolver a questão elabora a resolução 242 que apoia os árabes na questão territorial e os judeus na questão da paz. A resolução não foi apoiada por todos como, por exemplo, a Síria. Um representante da ONU é enviado, contudo seus trabalhos não atingiram a consolidação da paz.

---

<sup>23</sup> Op. Cit.



## A guerra de 1967, altera a própria orientação da Liga

The 1967 war was only the latest and most ruinous reminder that Arabism's promise outstripped its payoff. Two long-term developments reinforced the verdict in favor of a more conservative orientation. The first was the regional shift in power from ideology to oil, from symbolic capital to economic capital, from the Mashreq and the heart of Arab nationalism to the Arabian Gulf and the periphery of Arab politics. Beginning soon after 1967 and solidifying after 1973, the era of revolutionaries became the era of petrodollars, famously described by Mohamed Heikal as the change from *thawra* [revolution] to *tharwa* [riches].<sup>4</sup> Oilmen like King Faysal had replaced revolutionaries like Gamal Abdel Nasser as the region's celebrated figures. The Gulf Arabs, who had never been as invested in Arab nationalism, supported a more statist environment and were willing to pay handsomely for it. Within a few years "the rhetoric and revolutionary nationalism of the 1950s and 1960s began to sound peculiarly out of place in the more pragmatic and businesslike atmosphere of the 1970s."<sup>24</sup>

Eshkol morre de câncer e, em seu lugar, entra Golda Meir. Ela foi uma das governantes mais linha dura que Israel já teve. Ao contrário de Eshkol, não percebia os palestinos como um povo e defendia a ideia de "ou eles ou nós". Outra característica de Golda era a sua inaptidão, assumida, pelas questões relativas à defesa. Até a guerra de Yom Kipur, a estratégia de Golda era ir levando com tempo as conquistas territoriais e, por conta disso e diante da nova configuração da política árabe, ela perdeu chances de ouro de promover e estabelecer acordos efetivos de paz.

Após a guerra, as tentativas de estabelecimento de acordos diplomáticos foram fracassadas mais uma vez. Os EUA queriam consolidar a paz e apresentaram o Plano Rogers que é recusado por Israel. Somente sobre efeitos de embargos e de possíveis sanções por parte dos EUA a Israel é que o país se mostra disposto a negociar.

Em 1970, ocorre uma guerra civil na Jordânia e Gamal Nasser morre precocemente no Egito. Sadat assume e, pela primeira vez, sob os auspícios de Jarring, o Egito declarava publicamente a sua disposição para entrar em acordos de paz com Israel. Este, em contrapartida, rejeita todas as investidas de Sadat. Percebendo a situação e a intransigência de Golda, os EUA

---

<sup>24</sup> Barnett, Michael N. *Dialogues in Arab Politics: Negotiations in Regional Order*. Columbia University Press. 1998.

suspendem o apoio bélico que realiza para Israel. A primeira ministra vai aos Estados Unidos e consegue o reestabelecimento do apoio norte americano. Ela era muito apegada à situação militar, territorial e política vigente, contudo, seria necessário começar a pensar em negociar com o Egito. No momento em que Golda decidiu iniciar os processos de negociação, Sadat já havia endurecido. Desta forma, Israel perde a possibilidade de estabelecer, mais uma vez, acordos cooperativos como os países árabes.

Os próprios Estados Unidos, algum tempo depois, com a vigência da Doutrina Nixon, começar a usar Israel como uma ferramenta para a manutenção da ordem no Oriente. Esta doutrina elevou o papel Israelense. Agora a nação judaica tinha o papel de manter o equilíbrio favorável aos Estados Unidos contendo o radicalismo árabe e controlando o expansionismo soviético.

Golda percebe a importância desta doutrina para os interesses de Israel. A atitude de Kissinger era a priori contra o Egito e desta forma, os dilemas de segurança e superioridade bélica eram mantidos. Em 1972, após a expulsão dos soviéticos do Egito por Sadat, novamente se tenta estabelecer acordos com Israel. Tal qual ocorrera antes, as tentativas são em vão. Sadat percebe que se quisesse algo, ele mesmo deveria agir. Inicia-se então a intensificação de preparativos para ataques a Israel.

No sexto dia de outubro de 1973, o dia do perdão dos judeus, a Síria e o Egito promovem um ataque surpresa a Israel. Este ataque assumiu importantes conotações para Israel: em primeiro lugar o ataque foi um fracasso da inteligência Israelense; em segundo foi também um fracasso político; e ele representou uma quebra da confiança excessiva Israelense na possibilidade de manutenção da situação vigente. Numa primeira fase do confronto, os estados árabes tiveram melhor desempenho. O contra-ataque tendeu para o lado Israelense. Como resultado a ONU apresenta a resolução 338 que previa o cessar fogo e o estabelecimento da resolução 242.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia. Das Letras, 2008.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Conferência proferida em Sorbonne. In: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>

BARNETT, Michael N. **Dialogues in Arab Politics**: Negotiations in Regional Order. Columbia University Press. 1998.

SHLAIM, Avi. **A muralha de Ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro. Fissus, 2004.

TROEN, S. Ilan. De judaizing the Homeland: Academic Politics In Rewriting the History of Palestine. **Israel Affairs**, v. 13, n. 4, 2007.

MORRIS, Benny. **1948**: The first Arab-Israeli war. Yale University.

DOWTY, Alan. A Question That Outweighs All Others: Yitzhak Epstein and Zionist Recognition of the Arab Issue. **Israel Studies**, v. 6, n. 1, 2001.

NEUSNER, Jacob & AVERY-Peck, Allan J. **The Blackwell Companion to Judaism**. The Blackwell Publishing Ltd. 2003.

JACKSON, Robert & SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro. Zahar, 2007.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

WEBER, Max, 1996. **A política como vocação**. Brasília: Ed. da UnB, 2003

SOARES, Luiz Carlos & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Reflexões sobre a guerra**. Rio de Janeiro, 7 letras : Faperj, 2010.

BRANCO, Guilherme C. O racismo no presente histórico: a análise de Michel Foucault. **Kalagatos**, v. 1, n. 1. Fortaleza: UECE, 2004.

SHEMESH, Moshe. **The Palestine Entity 1959-1974**: Arab Politics and the PLO. Ed. Frank Cass, London, 1996.

KARSH, Efraim. Zionism and the Palestinian. **Israel Affairs**. v. 14. n. 3, July 2008.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém**: uma cidade, três religiões. São Paulo. Cia das Letras, 2000.

Recebido em: 02/07/2012

Aceito em: 18/07/2012

